

Colaboração ou confronto

Tarcísio Holanda

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está na iminência de conferir o grau de disposição do Congresso para colaborar com sua tentativa de domar a longa crise econômica brasileira. Na verdade, o Congresso é a pedra no sapato do novo ministro, pois está claro que Fernando Henrique não terá êxito em sua missão se não aplicar uma política rígida de controle dos gastos públicos, o que implica conter as conhecidas liberalidades dos congressistas na elaboração do Orçamento da União para este ano.

É remota a possibilidade de os congressistas virem a renunciar aos 16 bilhões de dólares que representam suas emendas, muitas delas incompatíveis com a conjuntura crítica de escassez de recursos que o País atravessa. Parlamentares oposicionistas, como Delfim Netto ou Luís Eduardo Magalhães, este líder do PFL, costumam dizer que o Congresso deve concordar com os cortes de suas emendas, desde que o Executivo concorde em cortar seus generosos gastos, como o Metrô de Brasília ou a Linha Vermelha de Brizola, no Rio de Janeiro.

O conflito de interesses parece fatal, embora o Congresso possa ficar em posição de constrangimento perante a opinião pública. Muitos políticos se perguntam se esse conflito entre o ministro e os parlamentares não poderia ter sido evitado. Convém lembrar que, no Brasil, o Orçamento aprovado pelo Congresso é autorizativo. O Poder Executivo fica autorizado pelo Poder Legislativo a fazer tais despesas, e não obrigado a isso. Logo, é facultado ao Governo não gastar o que o Congresso mandou que gastasse.

Em toda a querela que divide o novo ministro da Fazenda e uma parcela significativa dos congressistas está embutida a pers-

pectiva de disputa pelo poder nas eleições do próximo ano. Muitos não esquecem que um difícil mas não impossível êxito de Fernando Henrique Cardoso pavimentará fatalmente sua caminhada em direção ao Palácio do Planalto. Paulo Maluf, Lula, Leonel Brizola, entre outros, não estarão dispostos a ajudar o senador paulista a lograr a proeza, que muitos consideram impossível.

Apesar de todas as decantadas habilidades do ministro torna-se óbvio que o conflito com uma parcela do Congresso é provável, senão inevitável, desde que Fernando Henrique esteja disposto a tratar a crise brasileira da forma adequada como ela mesma reclama. E isso significa praticar aquilo que o Presidente eleito Tancredo Neves prometeu fazer em seu discurso de posse, lido pelo ainda interino presidente José Sarney, ou seja, é proibido gastar. Qualquer programa de combate à inflação que vier a ser posto em prática no Brasil só terá chances de sucesso se inspirar no lema cuja aplicação foi frustrada com a morte de Tancredo.

Infelizmente, o Congresso não se mostra nem um pouco solidário com o Executivo no enfrentamento dos problemas nacionais. Pelo contrário, os congressistas acham que as responsabilidades pelos problemas do País são exclusivamente do Poder Executivo. Este é o sintoma mais evidente da crise que lavra em nossas instituições políticas, pois está claro que Legislativo e Executivo devem se dar as mãos para que o Brasil possa superar a crise em que está mergulhado, há tantos anos.

A esmagadora maioria da população está ansiosa por uma solução para nossas dificuldades. Esse é o maior trunfo do ministro da Fazenda. O senador Fernando Henrique Cardoso não deve ficar inibido diante de resistências que os interesses políticos colocarem em seu caminho.

* 8 JUN 1993

CORREIO BRAZILIENSE